



Diário da Assembleia

LEI N. 7.109, DE 15 DE OUTUBRO DE 1962

Dispõe sobre criação de estabelecimento de ensino

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada, diretamente subordinada à Secretaria de Saúde Pública e da Assistência Social, uma Escola de Enfermagem em Barretos.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento ora criado consignará os recursos necessários para ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Roberto Costa de Abreu Sodré — Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Francisco Carlos — Diretor Geral Substituto

LEI N. 7.110, DE 15 DE OUTUBRO DE 1962

Dispõe sobre criação de estabelecimento de ensino

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada uma Escola de Enfermagem em Americana.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado, consignará dotações adequadas das respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Roberto Costa de Abreu Sodré — Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Francisco Carlos — Diretor Geral Substituto

LEI N. 7.111, DE 15 DE OUTUBRO DE 1962

Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n. 5.134, de 7 de janeiro de 1959

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — O artigo 2.º da Lei n. 5.134, de 7 de janeiro de 1959 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2.º — O disposto nesta lei alcançará os beneficiários de servidores contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, da Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos e do Montepio dos Magistrados, na seguinte conformidade:

I — aos falecidos no período de 1.º de janeiro de 1956 até 5 de setembro de 1958, independentemente do tempo de serviço público estadual;

II — aos falecidos no período de 1.º de janeiro de 1959 até 31 de dezembro de 1959, na proporção da metade dos vencimentos do falecido desde que contasse mais de 30 anos de serviço público e pelo menos 25 anos de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos ou Montepio dos Magistrados, sem direito à percepção de atrasados”.

Artigo 2.º — O gozo dos benefícios referidos no artigo anterior fica condicionado à apresentação de requerimento ao IPESP, dentro do prazo de 180 dias a contar da vigência da presente lei, e da devolução da importância correspondente ao pecúlio recebido.

Artigo 3.º — A alínea “d” do artigo 11 da Lei n. 4.832, de 4 de setembro de 1958, passa a vigorar com a seguinte redação:

“d) as filhas viúvas ou desquitadas, que vivam sob a dependência econômica do inscrito”.

Artigo 4.º — O artigo 16 da Lei n. 4.832, de 4 de setembro de 1958, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 16 — O contribuinte solteiro, viúvo ou desquitado, poderá instituir beneficiários, pela forma estabelecida no § 3.º do artigo 14 desta lei, pessoas que vivam sob sua dependência, ressalvado na razão da metade, o direito que competir a seus filhos e nas condições seguintes:

a) se do sexo masculino, incapaz ou inválido;

b) se do sexo feminino, solteira, viúva ou desquitada”.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Roberto Costa de Abreu Sodré — Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Francisco Carlos — Diretor Geral Substituto

LEI N. 7.112, DE 15 DE OUTUBRO DE 1962

Dispõe sobre criação de estabelecimento de ensino

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada uma Escola de Enfermagem em Olímpia.

Artigo 2.º — A instalação da Escola de Enfermagem ora criada fica condicionada à doação, ao Estado, de terreno adequado ao seu funcionamento.

Artigo 3.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado consignará dotações adequadas ao custeio das respectivas despesas.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Roberto Costa de Abreu Sodré — Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1962.

(a) Francisco Carlos — Diretor Geral Substituto

ORDEM DO DIA

PARA A 176.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS
16 DE OUTUBRO DE 1962

1 — Discussão e votação do Requerimento n. 401, de 1962, apresentado pelo deputado Costabile Romano, de congratulações com o povo de Descalvado pelo transcurso do 130.º aniversário de fundação daquele município.

2 — Discussão e votação do Requerimento n. 404, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, propondo que a Assembleia Legislativa manifeste o seu regozijo pelo transcurso de mais um aniversário da independência do Brasil.

3 — Discussão e votação do Requerimento n. 408, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Mazilli Sobrinho.

4 — Discussão e votação do Requerimento n. 411, de 1962, apresen-

tado pelo deputado Israel Dias Novaes, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Alcides de Moraes.

5 — Discussão e votação do Requerimento n. 417, de 1962, apresentado pelo deputado Lincoln Feliciano, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Monteiro.

6 — Discussão e votação do Requerimento n. 418, de 1962, apresentado pelo deputado Hilário Torloni, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Frederico de Barros Brotero.

7 — Discussão e votação do Requerimento n. 423, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, propondo um voto de louvor à Fundação Cruz Vermelha Brasileira, Filial de São Paulo, pelo transcurso de seu 43.º aniversário.

8 — Discussão e votação do Requerimento n. 424, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, propondo um voto de pesar pelo passamento da atriz Conchita de Moraes.

9 — Discussão e votação do Requerimento n. 425, de 1962, apresentado pelo deputado Arruda Castanho, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio de Sousa Nogueira.

10 — Discussão e votação do Requerimento n. 427, de 1962, apresentado pelo deputado Padre Godinho, propondo um voto de congratulações pela instalação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Em anexo o Requerimento n. 428, de 1962.

11 — Discussão e votação do Requerimento n. 430, de 1962, apresentado pelo deputado Ruy Junqueira, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Tenente Ary Aps.

ORDEM DO DIA

PARA A 177.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS
16 DE OUTUBRO DE 1962

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 181, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, assegurando ao ocupante do cargo de Assistente de Diretor Superintendente, da Tabela II, da Parte Permanente do Quadro de Ensino, a percepção de diferença de vencimentos de 1952 a 1957. Parecer n. 2.103, de 1962, de relator especial favorável, com emenda e oferecendo 2 emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno. Parecer n. 2.316, de 1962, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 243, de 1959, apresentado pelo deputado Nunes Ferreira, criando escola normal em Jales. Pareceres ns. 1.712 e 2.057, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 879, de 1961, apresentado pelo deputado Dante Perri, declarando de utilidade pública a Associação Cultural Operária da Cachoeira Paulista. Parecer n. 2.244, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

3 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 471 de 1962, apresentado pelo deputado Fernando Mauro, declarando de utilidade pública a Associação dos Barbeiros e Cabelereiros, Instituto de Beleza e Similares, de Marília. Parecer n. 2.235, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

4 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 556, de 1962, apresentado pelo deputado Lot Neto, declarando de utilidade pública a Sociedade Organizadora de Trabalhos para Cegos, da Capital. Parecer n. 2.239, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

5 — Discussão e votação da Moção N. 118, de 1961, apresentada pelo deputado Angelo Zanini, apelando ao Presidente da República no sentido de ser elevado o valor do empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal aos funcionários da União em exercício na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Parecer n. 716, de 1962, da Comissão de Assistência Social, contrário.

6 — Discussão e votação da Moção n. 139, de 1961, apresentado pelo deputado Costabile Romano, apelando ao Presidente do Conselho de Ministros no sentido de ser instalado um ginásio industrial em Ribeirão Preto. Parecer n. 883, de 1962, da Comissão de Educação favorável.

7 — Discussão e votação da Moção n. 9, de 1962, apresentado pelo deputado Santos Ferreira apelando ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho e ao Presidente do IAPESP no sentido de ser liberada a verba destinada ao pagamento dos proventos atrasados dos ferroviários aposentados do Estado de São Paulo. Parecer n. 2.125, de 1962, da Comissão de Assistência Social, favorável, com emenda.

8 — Discussão e votação da Moção n. 25, de 1962, apresentada pelo deputado Germinal Feijó, manifestando o apoio da Assembleia ao movimento pela federalização da Universidade Mackenzie. Parecer n. 2.005, de 1962, Comissão de Educação, favorável, com substitutivo.

9 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 713, de 1958, apresentado pelo deputado Scalamarandré Sobrinho, criando um centro de saúde na Capela do Socorro, nesta Capital. Pareceres ns. 3253 e 3254, de 1958, respectivamente das Comissões de Saúde e Higiene e de Finanças, favoráveis.

10 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 369, de 1960, apresentado pelo deputado Gustavo Martini, criando subpostos de saúde nos bairros do Marapé e Ponta da Praia, em Santos. Parecer n. 1092, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres ns. 1913 e 2296, de 1962, respectivamente das Comissões de Saúde e de Finanças, favoráveis.

11 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 684, de 1961, apresentado pelo deputado Anibal Hamam, criando posto de mecanização agrícola em Tupi Paulista. Pareceres ns. 1.972 e 2.324, de 1962, respectivamente de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

12 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 94, de 1962, apresentado pelo deputado Lincoln Feliciano, modificando as Leis ns. 465, de 28-9-49, 5.031, de 14.4.59 e 6.533, de 30.11.61, que dispõem sobre proventos dos servidores da justiça aposentados. Com emendas. Parecer n. 1155, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda e apresentando emendas decorrentes de sugestões apresentadas nos termos do artigo 61 do Regimento Interno. Parecer n. 2310, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável ao projeto, à emenda n. 1, à emenda da Comissão de Justiça com subemenda, a 1.ª sugestão de emenda e contrário a 2.ª sugestão de emenda.

13 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 176, de 1962, apresentado pelo deputado Geraldo de Barros, criando grupo escolar no bairro do Matão, em Igarassú do Tietê. Pareceres ns. 1989 e 2317, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

14 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 196, de 1962, apresentado pelo deputado Bento Dias Gonzaga, criando grupo escolar no bairro do Jaraguá, em Piracicaba. Pareceres ns. 1990 e 2315, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

15 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 302, de 1962, apresentado pelo deputado Augusto do Amaral, dispondo sobre fornecimento de sementes, adubos e inseticidas aos lavradores. Pareceres ns. 1771 e 2308, de 1962, respectivamente das Comissões de Economia e de Finanças, favoráveis, com emenda.

16 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 238, de 1960, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, considerando como de efetivo exercício todo o tempo em que o funcionário público estadual estiver afastado de suas funções por motivo de moléstia, devidamente comprovada. Parecer n. 858, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável com emenda visando à constitucionalidade.

17 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.363, de 1960, apresentado pelo deputado Ennio Rocha, criando um Centro de Tratamento e Recuperação das vítimas da paralisia infantil. Parecer n. 300, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

18 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 829, de 1961, apresentado pelo deputado Farabulini Júnior, concedendo pensão mensal ao Sr. Nicola Aracri. Parecer n. 1.982, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.